

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL EM UMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA: PRÁTICAS NA CASA DO CAMINHO EM LONDRINA/PR EM 2016

**Clarissa Gaspar Massi<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Londrina (UEL)  
Email: [claragmassi@gmail.com](mailto:claragmassi@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-9073-0642>

**Eloiza Cristiane Torres<sup>2</sup>**

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Londrina (UEL)  
Email: [elotorres@hotmail.com](mailto:elotorres@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-2526-470X>

**Léia Aparecida Veiga<sup>3</sup>**

<sup>3</sup>Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)  
Email: [lveiga.geo@gmail.com](mailto:lveiga.geo@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

### **Resumo**

Objetivou-se com este trabalho caracterizar e discutir sobre o trabalho educativo realizado na Casa do Caminho (cidade de Londrina/PR) em termos de estratégias de ação para suas práticas particulares de educação ambiental em 2016. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, contemplando uma reflexão teórica sobre a temática educação ambiental e educação emancipadora na perspectiva freireana, assim como acerca do trabalho realizado por Massi (2018) no ano de 2016 por uma voluntária na Casa do Caminho, além de levantamento de campo junto funcionários e estudantes da Casa do Caminho, observação simples e conversas informais sobre o cotidiano e práticas de educação ambiental nessa instituição de educação não formal. Chama-se a atenção para a perspectiva da participação e da prática social, tendo como fim o aprimoramento humano. Verificou-se que na Casa do Caminho, foi desenvolvido até 2017, práticas educacionais de educação ambiental que contemplam o rompimento da dissociação entre ser humano e natureza ao discutirem o meio ambiente em uma visão integradora com o público alvo, destacando-se a prática pautada no diálogo, no ouvir e falar, que permite troca de conhecimentos entre os agentes envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Espaço Não Formal; Casa do Caminho; Diálogo e Reflexão; Ações no Cotidiano.

## **NONFORMAL ENVIRONMENTAL EDUCATION IN AN EMANCIPATORY PERSPECTIVE: PRACTICES IN THE CASA DO CAMINHO IN LONDRINA/ PR ON 2016**

### **Abstract**

The objective of this work was to characterize and discuss the educational work carried out at Casa do Caminho (city of Londrina / PR) in terms of action strategies for their particular environmental education practices in 2016. The study was carried out based on bibliographical research and a qualitative approach, contemplating a theoretical reflection on the theme of environmental education and emancipatory education in the Freirean perspective, as well as on the work carried out by Massi (2018) in 2016 by a volunteer at Casa do Caminho, besides simple observation and informal conversations with students and employees about daily life and environmental education practices in this institution of non-formal education. Attention is drawn to the perspective of participation and social practice, aiming at human improvement. It was verified that in Casa do Caminho it was developed until 2017, educational practices of environmental education that contemplate the rupture of the dissociation between being human and nature when discussing the environment in an integrative vision with the target public, standing out the practice ruled in dialogue, in listening and speaking, which allows the exchange of knowledge among the agents involved.

**Keywords:** Environmental education; Non Formal Space; Casa do Caminho; Dialogue and Reflection; Actions in daily.

## **EDUCACIÓN AMBIENTAL NO FORMAL EN UNA PERSPECTIVA EMANCIPADORA: PRÁCTICAS EN LA CASA DO CAMINHO EN LONDRINA/ PR EN 2016**

### **Resumen**

Se objetivó con este trabajo caracterizar y discutir sobre el trabajo educativo realizado en la Casa do Caminho (ciudad de Londrina / PR) en términos de estrategias de acción para sus prácticas particulares de educación ambiental en 2016. El estudio fue realizado a partir de la investigación bibliográfica y un enfoque cualitativo, contemplando una reflexión teórica sobre la temática educación ambiental y educación emancipadora en la perspectiva freireana, así como sobre el trabajo realizado por Massi (2018) en el año 2016 por una voluntaria en la Casa do Caminho, además de levantamiento de campo junto a funcionarios y estudiantes de la Casa do Caminho, observación simple y conversaciones informales sobre el cotidiano y prácticas de educación ambiental en esa institución de educación no formal. Se llama la atención sobre la perspectiva de la participación y de la práctica social, teniendo como fin el perfeccionamiento humano. Se verificó que en la Casa do Caminho se desarrolló hasta 2017 prácticas educativas de educación ambiental que contemplan el rompimiento de la disociación entre ser humano y naturaleza al discutir el medio ambiente en una visión integradora con el público objetivo, destacándose la práctica pautada en el diálogo, en el oír y hablar, que permite el intercambio de conocimientos entre los agentes involucrados.

**Palabras-clave:** Educación Ambiental; Espacio No Formal; Casa do Caminho; Diálogo y Reflexión; Acciones en el Cotidiano.

## **Introdução**

Em se tratando de Educação Ambiental no Brasil, dentre os avanços em termos legais, pode-se citar como marco referencial a Política Nacional de Educação Ambiental instituída com a aprovação da Lei nº 9.795 de abril de 1999.

Trata-se de um texto que buscou regular a questão da educação ambiental no território brasileiro ao contemplar cerca de 21 artigos, distribuídos em 04 capítulos que tratam da: Educação Ambiental; Política Nacional de Educação Ambiental; Execução da Política Nacional de Educação Ambiental e disposições finais.

É importante ressaltar que essa lei em seu artigo 2º, conceitua a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional. Indo além da conceituação, ao elencar quais seriam os responsáveis pela promoção da mesma, a referida lei destaca o poder público, as instituições educativas, os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, os meios de comunicação de massa, as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo.

Em 2012, foi estabelecida a resolução nº 2 de 15 de junho de 2012 objetivando promover e estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. No seu Art. 2º a Educação Ambiental foi conceituada como uma dimensão da educação sendo, portanto, uma atividade intencional da prática social, ao ponto de fazer com que o desenvolvimento individual avance para um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Ou seja, elevar a atividade humana ao patamar de uma prática social e de ética ambiental.

Esse conceito de Educação Ambiental foi reforçado nos princípios contidos no art. 12 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de 2012, que indicam “[...] a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos” (BRASIL, 2012, p. 2), como norteadores do trabalho em Educação Ambiental.

Assim, objetiva-se discutir sobre educação ambiental na perspectiva emancipadora bem como apresentar o trabalho educativo realizado na Casa do Caminho (município de Londrina/PR) em termos de práticas pedagógicas de educação ambiental não formal em uma perspectiva crítica e emancipadora.

Para atingir o objetivo geral o estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, utilizando procedimentos secundários (pesquisa bibliográfica), tendo por base produção científica pautada na perspectiva crítica de Educação Ambiental, bem como a consulta às principais legislações vigentes acerca da temática. E procedimentos primários como observação simples (GIL, 2012) in loco e diálogos junto aos estudantes e funcionários da Casa do Caminho.

### **Educação Ambiental para a emancipação**

A educação constitui um espaço social que abrange uma série de práticas de formação de indivíduos. Esta afirmativa é resultado da história social do campo educativo, onde disputam vários sujeitos, forças e projetos em busca dos sentidos da ação educativa. Devido a isso, por mais que se fundamente que a ideia de educação abrange a educação ambiental, raramente se poderá restringir toda a variedade dos projetos educativos a uma única ideia genérica e abstrata de educação. O que se aposta apagar sob a defesa de uma educação ideal desde sempre ambiental são as exigências de inclusão da questão ambiental, enquanto pretensão legítima, sócio-historicamente localizada, que sinaliza para o reconhecimento da importância de uma educação ambiental na formação dos indivíduos contemporâneos (CARVALHO, 2006).

A educação deve desempenhar um papel ético, de fazer crescer em cada um de nós a consciência do nosso ser, especialmente a sabedoria de se fazer respeitar o ser diferente. Nas palavras de Gadotti (2000, p. 05):

[...] Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado dos seus princípios. A educação para a cidadania implica numa revisão dos nossos currículos, uma reorganização de nossa visão de mundo da educação como espaço que é global e local ao mesmo tempo. Educar não seria, como dizia Emile Durkheim, a transmissão da cultura de uma geração para outra, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca (GADOTTI, 2000, p.05).

A Educação Ambiental Crítica, surgiu como uma prática educativa que procura a solução para os problemas relacionados com o meio ambiente, cujo o principal objetivo é possuir uma visão integrada do meio ambiente, com o intuito de gerar o entendimento da realidade e a emancipação dos sujeitos, por meio da investigação individual e coletiva, à solução dos problemas confrontados. Para Leff (2001, p. 18) “[...] o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do

mundo e da natureza através de relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento”.

A Educação Ambiental precisa ser uma prática educativa que possua a finalidade de produzir autonomia e não a dependência, procurando a emancipação de sujeitos, tornando-os uma ferramenta de transformação, uma vez que capacita o educador e o educando a intervir na transformação da sociedade. Entretanto, para consolidar-se como prática libertadora, é indispensável, inicialmente, expandir o olhar e reconhecer o meio ambiente como um espaço de inter-relações existentes envolvendo fatores naturais, químicos, físicos e sócios-culturais.

Neste sentido, Carvalho (2006), destaca que:

[...] A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo da natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente (CARVALHO, 2006, p. 37).

Ao adotar o meio ambiente em sua totalidade, como sendo um espaço ligado diretamente aos fatores físicos (sejam eles naturais ou construídos), químicos e socioculturais, a Educação Ambiental se torna uma prática educativa com abordagens socioambientais. Carvalho (2006), assevera que ao “[...] trocarmos as lentes e reconhecermos que é necessária uma visão complexa do meio ambiente, passamos a ser capazes de compreender a natureza não como “intocada”, mas como um ambiente, um espaço de interação entre a base física e cultural” (CARVALHO, 2006, p. 75).

No campo da educação, a grande tradição da educação popular e da teoria crítica no Brasil, provocou o aparecimento de uma Educação Ambiental preocupada com as questões sociais e com uma visão emancipatória que se tem concordado em denominar de Educação Ambiental Crítica. A Educação Ambiental Crítica, ao produzir a reflexão sobre o acesso e as decisões referentes aos recursos ambientais, colabora para a formação de um sujeito cidadão ecologicamente orientado (CARVALHO, 2008). Segundo Eunice Trein (2008, p.43):

[...] O aprofundamento de uma visão crítica da sociedade capitalista implica nos debruçarmos sobre a realidade contemporânea e emprendermos uma vigorosa crítica à ideologia do progresso, do desenvolvimento e do paradigma científico-tecnológico, próprios da civilização industrial moderna. O pensamento crítico, neste sentido, tem um papel relevante na formação de sujeitos capazes de criticar o atual

modelo de sociedade e, para além da crítica, sempre necessária, também se integram na luta coletiva pela construção de um outro projeto societário, em que as relações de exploração sejam superadas (TREIN, 2008, p.43).

Deste modo, é fundamental pensar sobre qual o conceito de progresso, sobre o que é desenvolvimento, para quem e para quem se enquadra esse padrão de desenvolvimento e como a ciência e a tecnologia utilizam a esse modelo. É também essencial atuar de maneira coletiva para alcançar a transformação que se busca.

O tratamento da problemática ambiental, considerando a relação das questões naturais, econômicas, sociais e culturais admite ampliar os efeitos das práticas pedagógicas propostas. Portanto, a Educação Ambiental contribui para o exercício da cidadania e constituição de uma sociedade mais democrática e solidária (LOUREIRO, 2002).

A educação ambiental crítica possui suas raízes nos referenciais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico utilizado na educação. Essas convicções foram características da educação popular que rompe com uma perspectiva de educação tecnicista, transmissora de saberes, convidando a educação a adquirir a mediação na formação social de saberes implicados na vida dos sujeitos (CARVALHO, 2006).

Na concepção de uma educação ambiental crítica, a formação ocorre com as relações entre sujeito e coletividade e, neste contexto, somente é compreendido se pensados em relação. Os indivíduos se formam em relação com o mundo em que habitam com os outros e pelo qual são responsáveis ao lado dos outros. Na educação ambiental crítica esta atitude de responsabilidade pelo mundo presume a responsabilidade consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente, sem separar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana.

Seguindo este raciocínio a presente pesquisa adotou a abordagem da concepção ambiental crítica, entendendo que o indivíduo precisa saber quem ele é, qual o seu papel na sociedade, e capacitá-lo para se tornar um agente transformador de sua realidade. Com isso, procurou-se trabalhar com as crianças a educação ambiental crítica não formal, na Instituição filantrópica Casa do Caminho, possuindo como tema gerador: resíduos sólidos. Carvalho (2006) aborda que “a formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e por ele é responsável”. Em vista disto, salienta a autora que a Educação Ambiental Crítica possui por objetivo para formar um sujeito ecológico, possuindo aptidão de atuar e intervir nas questões socioambientais.

A Educação Ambiental Crítica possui a finalidade de gerar ambientes educativos de estimulação desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que se realize nestes ambientes a superação dos obstáculos pragmáticos e fornecer um processo educativo, em que nesse exercício, façam parte, educandos e educadores, capacitando e colaborando, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciada por todos (GUIMARÃES, 2004).

Deste modo, verifica-se ao ser analisada, sob o viés de uma concepção crítica, a educação ambiental constitui-se como uma prática reflexiva, proporcionando e instigando uma leitura crítica da realidade e o entendimento dos problemas e conflitos ambientais nela existentes, capacitando sujeitos aptos de decidir e agir como agentes transformadores, atuando e organizando-se de maneira individual e coletivamente.

A educação crítica, emancipadora e que possua como finalidade a autonomia, pode transformar a realidade no sentido da construção de sociedades sustentáveis que sejam mais justas e onde a relação dos indivíduos entre si e com o ambiente seja regulada na ética do respeito e da colaboração, valores estes essenciais para que exista qualidade de vida, qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, bem como para todos os outros seres vivos, incluindo o planeta Terra (GADOTTI, 2000). Segundo Carvalho (2006),

[...] Outra dimensão distintiva das abordagens críticas da Educação Ambiental é a compreensão do processo educativo como ato político no sentido mais amplo, isto é, como prática social, cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade (CARVALHO, 2006, p.186).

A educação possui um papel de suma relevância dentro da sociedade, uma vez que trabalha diretamente com a formação dos sujeitos, compreendendo sua construção cultural e social. Deste modo, ela pode somente ser utilizada como uma ferramenta para promover princípios, ideologias e interesses socialmente dominantes ou ser emancipatória, capacitando agentes aptos a pensar e atuar criticamente. Segundo Lima (2005, p.112),

[...] O processo educativo não é neutro e objetivo, destituído de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas dotado de uma especial relevância social por sua capacidade de reproduzir ou transformar a ordem social (LIMA, 2005, p.112).

A concepção crítica e emancipadora na Educação Ambiental visa à formulação de um aspecto que vai para além do desejo de termos simplesmente um desenvolvimento que seja sustentável, ampliando seu objetivo para a construção de sociedades sustentáveis.

Porém, a Educação Ambiental Crítica não possui o escopo de transmitir e dar sentido a valores de grupos dominantes, estabelecendo condutas, mas de formar processos práticos e reflexivos que levem à concretização de princípios que possam ser compreendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade, à justiça social e à qualidade de vida.

Uma das referências pioneiras do pensamento crítico na educação brasileira foi Paulo Freire. Em toda sua obra defende a educação como formação de sujeitos sociais emancipados, ou seja, autores de sua própria história. Para ele, os conteúdos programáticos da educação devem ser buscados a partir da realidade vivenciada pelos agentes e o educador deve procurar os desejos, dúvidas e esperanças aos problemas confrontados pelos mesmos. É nesta ocasião de procura que se materializa o diálogo da educação com uma prática libertadora, alcançando a investigação dos temas geradores (FREIRE, 1987). Segundo Carvalho (2008) “as metodologias de alfabetização baseadas em temas e palavras geradoras, buscam religar o conhecimento do mundo à vida dos educandos para torná-los leitores críticos do seu mundo”.

A Educação libertadora sugere transformar o mundo, essencialmente se baseia na leitura do mundo, na problematização, no processo de entender o que ocorre e acontece, por que o mundo (global e local) se configura do modo como é compreendido, quais as causas e consequências dos fenômenos socioambientais observados. Ao problematizar com o educando, basicamente se abre ao diálogo, e aí não faz mais sentido narrar, transferir ou transmitir “conhecimentos” e valores (FREIRE, 1987).

Basicamente, ao se ler o mundo, se desenvolve a competência de observação e interpretação, ambas imprescindíveis na prática educativa, as quais possuem a finalidade de provocar, excitar a curiosidade e o interesse, além de conceberem o entendimento. Além desse entendimento que a problematização promove, ao se inclinar sobre a realidade, surgem sentimentos de pertencimento, de identidade, e a conexão afetiva com o lugar.

Ao investigar o tema gerador, examina-se o pensar dos agentes em relação a seu mundo, uma vez que, os temas geradores não são encontrados nos homens isolados da realidade em que vivem; eles só podem ser entendidos nas relações homens-mundo:

[...] nos parece que a constatação do tema gerador<sup>1</sup>, como uma concretização, é algo que chegamos através, não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens- homens, implícitas nas primeiras (FREIRE, 1987, p. 88).

Ao tomar os temas ambientais como temas geradores de processos educativos ambientais, duas preocupações devem estar presentes: o significado concreto para os envolvidos e o conteúdo problematizador. Isso quer dizer que os temas ambientais devem ser ponto de partida para um debate mais aberto da crise do padrão civilizatório que estamos a confrontar, crise que produz fundamento à procura de uma sociedade sustentável (TOZONI- REIS, 2006).

Deste modo, os temas mais comuns abordados nas propostas educativas ambientais como recursos hídricos, resíduos sólidos, desmatamento, queimadas e etc., apenas possuem perspectiva educativa se recusar o caráter conteudista da pedagogia tradicional – no qual aborda os conteúdos com objetivos em si mesmos – e produzir um tratamento problematizador a eles, isto é, se, a partir do desenvolvimento das informações sobre estes temas, educadores e educandos, buscarem compreender de maneira coletiva e participativa, procurarem refletir a respeito dos conflitos que surgem através dos resultados de circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais dos problemas e soluções ambientais (TOZONI-REIS, 2006).

Nesta investigação, o diálogo é considerado como base, sendo essencial a interação com os agentes que compõem o caso investigado, pois o papel do educador não é falar sobre a sua visão de mundo, ou tão pouco querer instituí-la, depositando o conhecimento no educando. A fala dos agentes é o componente essencial, visto que não são os homens que são investigados, mas a sua maneira de pensar, de ver o mundo, a sua linguagem, a sua percepção da realidade. É neste conjunto que se deparam os temas

---

<sup>1</sup> O tema gerador é ponto de partida para o processo de construção da descoberta. Por surgirem do saber popular, os temas geradores são extraídos da prática de vida dos educandos e substituem os conteúdos. O processo de conscientização do indivíduo como princípio metodológico traz a possibilidade de construção da metodologia do tema gerador como um importante recurso para a Educação Ambiental, por seu potencial reflexivo e problematizador. Assim, as propostas educativas ambientais conscientizadoras podem tomar os temas ambientais locais como temas geradores desta ação conscientizadora, desde que estes temas sejam carregados de conteúdos socioambientais significativos para os educandos e sejam definidos coletivamente e com participação dos sujeitos envolvidos (TOZONI-REIS, 2006).

geradores (FREIRE, 1987). Segundo Boff (1997, p. 9) “cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo em que habita”.

A dialogicidade é a essência da Educação como prática da liberdade. Paulo Freire (1987, p. 79) entende que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. É por meio do diálogo que os seres humanos ganham significação como pessoas, com isso, o diálogo é um requisito existencial. É por meio do diálogo e com a escuta sensível que se admite a existência do outro, o seu pensar, o seu estar no mundo. É por meio o diálogo (sempre acompanhado de reflexão) que se aprende uns com os outros, que seu entendimento sobre o mundo é construído. Para ocorrer a verdadeira prática do diálogo, é necessário que se esteja disposto a receber ideias diferentes, e não visar impor a sua verdade (FREIRE, 1987).

O homem é avaliado diante da sua conduta incorreta perante à natureza, precisando o educador tomar o cuidado de não desenvolver no aluno a visão do homem como o centro, “o ser superior”, que domina e se apropria da natureza, produzindo o desenvolvimento da preservação do meio ambiente através da exclusão do homem (GUIMARÃES, 1995). Esta percepção fragmentada e excludente contesta os processos naturais ao ser humano, uma vez que é parte integrante da natureza.

[...] Em EA é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre o ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é a natureza e não apenas parte dela. Ao assimilar a visão (holística), a noção de dominação do ser humano sobre o meio ambiente perde o seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza) inexistente a dominação de alguma sobre a outra, pois já não há mais separação (GUIMARÃES, 1995, p. 30).

Orienta-se que o educador tenha condições em abordar sobre os problemas ambientais em escalas global e local, buscando sempre partir da realidade vivenciada pelos alunos, levando o estudante a construir um entendimento por meio de reflexões críticas, proporcionando expectativas de transformações da realidade que o aluno vive no seu cotidiano, proporcionando a ele a construção de uma visão crítica e a perspectiva transformadora da sua realidade.

[...] A ausência crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilitam que a educação ambiental seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos gestionários e comportamentais (LOUREIRO, 2002, p.13).

A Educação Ambiental Crítica possui a finalidade de colaborar para uma transformação de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Isto é, um tipo de sentimento guiado por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, exemplo para a capacitação de indivíduos e grupos sociais aptos de identificar, problematizar e atuar em ligação às questões socioambientais, possuindo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (CARVALHO, 2006).

Ao compreender a problemática ambiental como sendo resultado de uma sociedade construída sobre alicerces insustentáveis, vinculadas a fatores políticos, econômicos e socioculturais, a Educação Ambiental Crítica se deposita na esfera dos fatores socioambientais, possuindo como desafio uma prática dialógica e participativa, com enfoque nas soluções de problemas concretos vivenciados pela comunidade.

Movidas nestes posicionamentos onde a educação se concentra na vida, na história e nos assuntos presentes, a educação ambiental adiciona uma particularidade, na qual visa, entender as relações entre homem e natureza e interferir sobre os problemas e conflitos ambientais. Deste modo, para a existência de uma educação ambiental crítica, a prática é a formação do indivíduo enquanto ser individual e coletivo, de acordo com a história estabelecida.

### **Educação Ambiental crítica na Casa do Caminho**

Na instituição filantrópica Casa do Caminho, localizada em Londrina-PR (Figura 01), desde o ano de 2014, as crianças e adolescentes de 06 a 12 anos que fazem parte do projeto Serviço e Convivência de Vínculos participam de atividades de educação ambiental não formal com voluntários da comunidade e de instituições de ensino superior da rede privada e pública.

**Figura 01.** Localização da Casa do Caminho na cidade de Londrina/PR em 2017



Fonte: IBGE (2015) e Google Maps (2016).

Dentre as atividades já realizadas na instituição, destaca-se aquelas elaboradas por Massi (2018) tendo por base o tema gerador resíduos sólidos e a adoção da concepção crítica da educação ambiental. As práticas foram planejadas buscando melhor interação do educando com a sua realidade vivida, levando o mesmo a refletir sobre os problemas encontrados no seu dia-a-dia, contribuindo assim para a construção de um sujeito apto para agir de maneira individual e ou coletiva frente aos desafios cotidianos.

Massi (2018) elaborou aulas e atividades voltadas para pré-adolescentes com idade de 10 a 12 anos que frequentavam a Casa do Caminho até o ano de 2016. Cada sequência didática de atividades foi desenvolvida no decorrer de 20 dias sempre no período vespertino com duração de aproximadamente 4 horas.

As atividades práticas-reflexivas abordaram desde o consumo até a disposição final dos resíduos sólidos, levando em consideração problemáticas recorrentes na instituição e no bairro de vivência dos educandos, no caso a destinação final incorreta dos resíduos sólidos urbanos (MASSI, 2018).

Tendo como base a concepção crítica, segundo a autora, as aulas oficinas compreenderam três momentos importantes: o levantamento do conhecimento prévio dos estudantes acerca da temática, o desenvolvimento das atividades e a verificação dos resultados.

A estratégia de levantamento do conhecimento prévio ocorreu a partir da aplicação de um questionário envolvendo o termo meio ambiente (Quadro 01). O questionário foi elaborado por Massi (2018) e envolveu indagações corriqueiras no âmbito familiar/escolar e conhecimentos sobre resíduos sólidos urbanos. As questões tratavam sobre o ambiente vivenciado em casa e bairro bem como na própria instituição, pelo fato de fazerem relação da temática com a realidade vivida pelos educandos.

**Quadro 01.** Questionários aplicado juntos aos educandos da Casa do Caminho, 2016

1. Há diferença entre resíduo sólido e lixo? Se sim, qual a diferença?
2. Por que devemos separar os resíduos sólidos?
3. Você sabe qual a diferença de reciclar e reutilizar? Se sim, explique.
4. Qual a importância da reciclagem para o catador, para o meio ambiente?
5. Você sabe o que é compostagem? Faz compostagem na sua casa? E na Casa do Caminho? Se sim, explique.
6. Já notou a diferença na quantidade de resíduos orgânicos e recicláveis em sua casa? Qual tem a maior quantidade?
7. Qual a diferença de lixão e aterro sanitário?
8. Você faz ideia da quantidade de resíduos que sua família gera por dia/semana? Por que geramos essa quantidade?
9. Quais os problemas que os resíduos sólidos jogados na natureza podem causar?
10. Vocês conhecem as doenças que o lixo pode causar? E as formas de evitar doenças causadas pelo lixo?
11. Vocês acham importante que as pessoas queiram tornar seu bairro um ambiente limpo?
12. A coleta de lixo passa quantas vezes na semana no seu bairro (onde moram e na escola)?
13. Como acham que podem melhorar o mundo em que vivem?

**Fonte:** Massi (2018).

Ao analisar as respostas dos educandos, Massi (2018), constatou que os mesmos conheciam as noções básicas sobre reciclagem, reutilização e compostagem. Mas, sobre resíduos sólidos os educandos indicaram como uma coisa nojenta, suja, não conseguindo apontar os impactos ocasionados ao meio ambiente pela destinação incorreta dos resíduos sólidos urbanos bem como não conseguiram indicar soluções que pudessem minimizar tais impactos.

Para a autora, os educandos apresentaram conhecimentos sobre os comportamentos necessários que deveriam ser praticados por terem aprendido isso em seu cotidiano na instituição Casa do Caminho e na própria escola. Porém, não conseguiam ainda refletir sobre essa problemática para além dos aspectos comportamental de separar resíduos, de reutilizar e direcionar os orgânicos para a compostagem, pois as respostas indicaram que os educandos não sabiam o motivo de praticar tais atos, não faziam uma ligação entre os resíduos sólidos e as problemáticas que envolvem esse tema, nem as áreas

que estão envolvidas, como por exemplo a área social, a econômica e os impactos causados no meio ambiente, muito menos conseguiram abordar sobre este tema de acordo com sua realidade vivida.

Massi (2018) elaborou uma sequência didática de aulas oficinas contemplando o diálogo e a reflexão juntos aos estudantes. Nas oficinas foram discutidos conteúdos como legislação, cidadania, meio ambiente e resíduos sólidos; sociedade e consumo; a produção e o consumo na atual sociedade.

Foram utilizadas diferentes estratégias de ensino objetivando envolver os estudantes, como aula dialogada sobre a Constituição Federal em específico o art. 225 e sobre os conceitos previstos na Lei Federal 12.305 de 2010 bem como sobre as áreas de preservação permanente, correlacionando ao contexto dos fundos de vale da cidade de Londrina com a utilização de fotos; vídeos, debates e campanhas que abordavam sobre o consumo e práticas sustentáveis; vídeos sobre o ciclo de vida dos produtos; documentários sobre o cotidiano das pessoas que sobrevivem com a renda provida dos resíduos sólidos.

Na atividade utilizando a Constituição Federal de 1988 (Figura 2), os educandos puderam aprender sobre seus direitos e deveres em específico no tema meio ambiente. Também tiveram acesso a Lei Federal 12. 305 de 2010, onde leram algumas definições previstas na referida Lei e leram alguns conceitos estabelecidos no Código Florestal.

Após serem trabalhados os conceitos previstos nas legislações, foram apresentadas aos educandos algumas imagens de um dos maiores problemas encontrados em Londrina, que se refere a destinação incorreta de resíduos sólidos em fundos de vale, neste momento trabalhando com imagens na Bacia do Saltinho e do Ribeirão Cambezinho em Londrina- PR. Deste modo, a maioria dos educandos pode relacionar as imagens com sua realidade vivida, sendo que muitos deles moram em áreas próximas a fundos de vale. Para os educandos aquelas imagens eram normais, e que seus próprios familiares e amigos faziam o descarte de resíduos nessas áreas, onde em alguns casos até seus avôs recebiam um valor para cometer tal ato. Foi discutido então, sobre as maneiras que essas áreas deveriam ser tratadas, as atitudes que deviam ser tomadas, a importância das áreas de fundo de vale, sempre fazendo relação com as legislações já mencionadas.

Ao debater sobre as alternativas para solucionar os problemas enfrentados, os educandos aprenderam sobre quais as atitudes que devem ser usadas em relação aos órgãos

responsáveis procurando auxílio para obter auxílio na tentativa de minimizar ou até solucionar os atos praticados.

Como forma de reconhecer o ambiente no qual encontram-se inseridos e levantar problemas a partir da realidade próxima, os educandos foram encaminhados até o pátio da instituição, onde desenvolveu-se uma leitura da paisagem, na qual os mesmos foram instigados a observar os objetos (sociais e naturais) que estavam compondo a paisagem do pátio da Casa do Caminho e refletir sobre o local como ambiente e como ele se encontrava.

Durante essa atividade no pátio (Figura 02), o que mais chamou a atenção de parte dos educandos foi a presença de entulhos em determinada parte da instituição. Para algumas crianças foi perceptível que aquela cena não os chocou, pois fazia parte do seu cotidiano, verificarem restos de mobília, de construção civil descartados, já para outros alunos, aquele fato era considerado poluído.

**Figura 02.** Atividade de campo no pátio da Casa do Caminho, 2016



**Fonte:** Massi (2018).

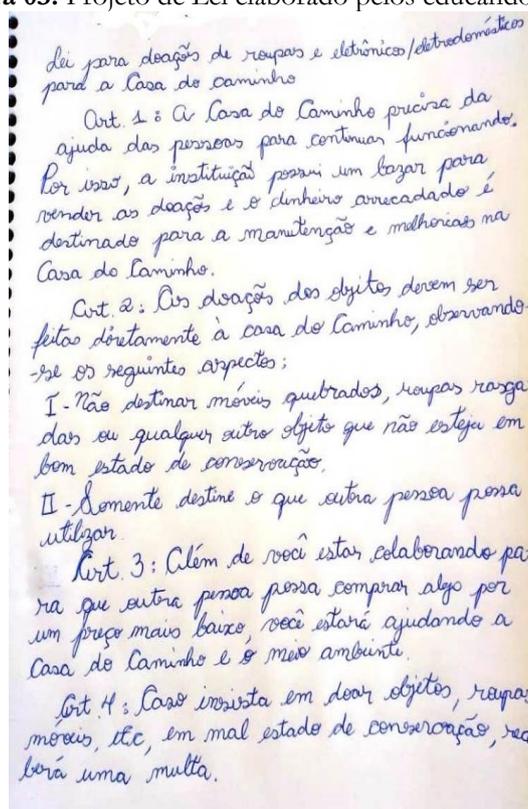
Neste caso, foi explicado que a Casa do Caminho por ser uma instituição filantrópica, necessita de doações para realizar o bazar de móveis, eletrodomésticos, roupas, sendo dinheiro arrecadado destinado a mesma. Mas, algumas pessoas para não terem despesas de pagarem transporte para dar uma destinação correta para tais produtos já danificados ou em péssimo estado de conservação, acabam fazendo doações.

Os responsáveis pela administração da instituição se propõem a buscar tais produtos para recolher a doação que irá compor o bazar beneficente realizado periodicamente na própria instituição. As doações geralmente estão em bom estado de conservação e uso, no entanto, tem-se verificado nos últimos anos, uma quantidade de objetos/móveis/eletrodomésticos em péssimas condições de uso e que demandariam gastos por parte da instituição filantrópica para o conserto. Como tais problemas são verificados somente quando a doação chega na instituição, isso tem gerado um acúmulo de resíduos na Casa do Caminho. A doação de produtos sem condições de uso tem ocasionado problemas para a Casa do Caminho, pois além da instituição já enfrentar dificuldades financeiras, ainda tem que arcar com a despesa de uma caçamba, que só pode ser solicitada a partir do acúmulo de uma determinada quantidade de resíduos ou até quando adquirir uma verba para este fim.

Verificou-se que os educandos sentiram-se incomodados com o problema dos resíduos, o que levou Massi (2018) a solicitar que os mesmos refletissem sobre o conteúdo abordado e fizessem alguma relação com a instituição. Os educandos discutiram em um grande grupo e apontaram como um dos grandes problemas da Casa do Caminho a questão gerada pelas doações de objetos/móveis/eletrodomésticos em péssimo estado de conservação.

Frente essa problemática e diante da necessidade de continuar recebendo doações para o bazar, os educandos resolveram elaborar um projeto de lei (Figura 03) indicando como deveria ser o estado de conservação dos objetos/móveis/eletrodomésticos para o Bazar da instituição, no intuito das pessoas darem a destinação correta para seus produtos que não estivessem em condições de uso e doassem para somente o que estivesse em bom estado de uso, para que a Casa do Caminho deixasse de servir como depósito de resíduos.

**Figura 03.** Projeto de Lei elaborado pelos educandos, 2016



Fonte: Massi (2018).

Além do projeto de lei, os educandos também fizeram cartazes (Figura 03) para serem afixados no interior da Casa do Caminho, nas áreas sociais e salas de aulas, como forma de estimular a doação de produtos em bom estado de conservação (MASSI, 2018).

É importante destacar que ao ter noção do funcionamento da legislação e participar da elaboração de leis que irão ajudar na resolução de uma problemática presente na comunidade da qual fazem parte, os estudantes, se colocam como sujeitos atuantes e exercitam a liberdade de ação para resolver algo que está preocupando o grupo. E ao utilizar o diálogo e se posicionar como mediador, o/a educador/a estará criando um ambiente de construção da aprendizagem pelos próprios estudantes, tendo em vista que “[...] é por meio do diálogo (sempre acompanhado de reflexão) que se aprende uns com os outros, que seu entendimento sobre o mundo é construído” (FREIRE, 1987, p. 79).

A atividade seguinte abordou a questão da produção e o consumo na atual sociedade. Dentre os pontos abordados, chama-se atenção para a temática de resíduos sólidos e o consumo. As discussões foram encaminhadas para o entendimento de que o problema não se trata somente do ato de consumir, mas sim, do modelo de consumo estabelecido.

Os educandos assistiram ao filme “A História das Coisas”, que trata sobre os problemas sociais e ambientais gerados como resultado do hábito consumista da sociedade, demonstrando os problemas desse sistema e discutindo a maneira de como podemos revertê-lo. Após, foi pedido uma reflexão em grupo sobre a correlação existente entre o consumismo e a produção de resíduos sólidos, partindo de perguntas norteadoras, como: 1) Qual o impacto deste problema para a natureza, o ser humano e o planeta? 2) Por que se produz tanto resíduo sólido? 3) Quais pensamentos e sentimentos o filme proporcionou vocês sentirem?

Segundo Massi (2018), ao assistirem ao vídeo “a história das coisas”, os educandos correlacionaram o conteúdo com curta metragem “Man” que haviam assistido em atividades anteriores, e mencionaram a grande quantidade de recursos naturais retirados da natureza, a exploração dos animais, para fabricação de produtos que para criar a moda e não por necessidade. Um educando expressou da seguinte forma sua reflexão segundo a autora:

[...] Tem bastante resíduos sólidos, porque o homem consome muito, as indústrias estão criando cada vez produtos com mais tecnologia, trocando rápido os produtos. As pessoas querem comprar o produto mais novo no mercado e não porque elas precisam, mas porque se não tiverem vão se sentir excluídos do grupo de amigos. As pessoas precisam comprar para se sentirem felizes. Como mostrou no filme, as vezes por causa de uma pecinha você tem que comprar outro aparelho e com isso esses aparelhos vão todos para o aterro e eles devem ainda estar até funcionando. Nossa! Já pensou a quantidade de aparelhos que vão para os aterros funcionando? Deve ser muitos né?! (MASSI, 2018, p. 137).

Por meio dos depoimentos e do contato com as crianças, Massi (2018), chegou à conclusão que os educandos da Casa do Caminho se sentem excluídos por não possuírem tal produto. Mas ao mesmo tempo, elas também refletiram sobre o consumo e concluíram que se as pessoas não diminuíssem o consumo daqui há alguns anos existirão muitos lixões próximos as residências e com isso haverá muita poluição, na água e no solo.

Outro ponto que foi muito abordado, se refere ao momento do vídeo no qual os personagens em seus momentos de lazer ficam fazendo compras e/ou sentados em frente a televisão sendo bombardeados de programas. As crianças se identificaram em partes com este episódio devido ao fato que seus pais possuem mais de um trabalho, entretanto mesmo assim, não possuem condições financeiras de fazer muitas compras.

Em seguida, os educandos assistiram a série “Consciente Coletivo”, que traz reflexões sobre os problemas produzidos pelo ritmo de produção e consumo. Os assuntos abordados se referem a: sustentabilidade, estilo de vida, resíduos sólidos, entre outros.

Após assistirem os vídeos, foi realizado um momento de reflexão a partir das seguintes questões: Será que a nossa qualidade de vida está ligada a conquista dos bens materiais? Será que eu preciso mesmo de tantos brinquedos? Segundo a autora, as respostas indicaram desejo de consumo de objetos e bens, ilustrada pela resposta de um educando a seguir:

[...] Sim. A qualidade de vida está ligada a conquista de bens materiais. Eu vou ser mais feliz morando numa boa casa, com uma TV grande, com máquina de lavar, micro-ondas, computador, tendo carro. Tudo isso vai deixar eu e minha família mais felizes. É ruim ter que ficar andando de ônibus, demora muito, a gente tem que acordar cedinho para sair de casa e chega bem tarde depois (MASSI, 2018, p. 134-135).

Para Massi (2018), pelo fato da maioria dos educandos serem oriundos de família de baixo a baixíssimo poder aquisitivo, os mesmos responderam que ganham presentes somente em datas especiais, por isso ainda possuem o hábito de brincadeiras como pega-pega, amarelinha, pular corda, futebol, dentre outras, se satisfazem com tais atividades. Quanto ao consumo, as mesmas não consomem muito, pois o salário de seus pais é baixo.

Como prática após a reflexão sobre o problema do consumo exagerado, os educandos os mesmos foram divididos em dois grupos, sendo cada um encarregado de criar cartazes indicando a adoção de ações que podem ser realizadas para o consumo consciente no cotidiano (Quadro 02):

**Quadro 02.** Questões norteadoras para a produção de cartazes com ações importantes para ter-se um consumo consciente, Casa do Caminho em 2016

<b>Grupo 1: Ao olhar um produto, pense antes de comprar</b>
1. Eu preciso mesmo disto?
2. Como isto foi feito? Usou muita água? Derrubou florestas?
3. O direito dos trabalhadores foram respeitados?
4. Foi produzido na região aonde eu moro?
5. Esta embalagem para mim pode ser útil (reciclada ou reutilizada) depois que o produto acabar?
6. Há algum produto parecido que cause menos problemas ambientais?
<b>Grupo 2: Quando puder optar</b>
1. Dê preferência aos produtos ecológicos de pequenos produtores, gerando trabalho e renda na sua região e produzindo menos resíduos sólidos;
2. Adote o hábito de carregar uma caneca, e utilize copos, talheres e pratos de materiais reutilizáveis;
3. Evite os alimentos que estejam em bandejas de isopor e produtos que tenham muitas embalagens.

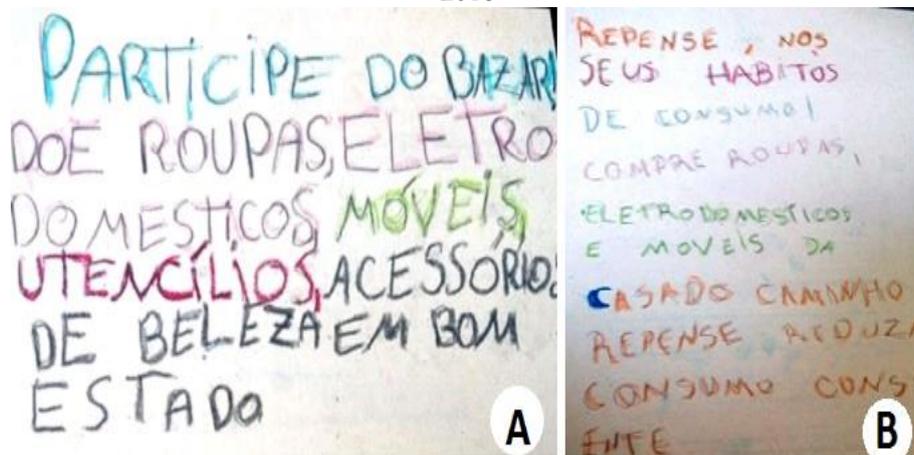
**Fonte:** Massi (2018).

Ao finalizar a elaboração dos cartazes, como forma de divulgação, os educandos apresentaram para os demais colegas, funcionários e voluntários da instituição. Os cartazes ficaram expostos na Casa do Caminho em painéis como maneira de chamar a atenção dos demais da instituição para a problemática bem como da comunidade externa.

Com isso, os educandos criaram o dia da troca. O intuito seria de que cada educando levasse um pertence que não usasse mais e fizessem trocas com os demais colegas, por pertences que lhes interessavam.

Os educandos também produziram cartazes (Figura 04) que estimulassem a comunidade externa para a doação para a instituição de roupas, acessórios, móveis e eletrodomésticos que não usam mais e ainda estão em bom estado. O conteúdo dos cartazes estimulava a diminuição do consumo de produtos novos, assim o público iria efetuar compras no bazar de produtos usados na instituição, e dando uma destinação para aqueles produtos que as pessoas não usam mais e que outras poderão utilizar.

**Figura 04.** Cartazes produzidos pelos estudantes a partir do diálogo em grupo. A) Cartaz para destinação de objetos para o bazar, 2016. B) Cartaz estimulando consumo consciente para o bazar, 2016



Fonte: Massi (2018)

Embora para muitos a produção do cartaz pareça ser uma tarefa mecânica e rotineira que se encerra em si mesma, chama-se atenção para o potencial dessa atividade quando ressignificada em uma perspectiva emancipadora. A produção de cartazes envolvendo as doações/consumo (Figura 04) e as ações importante para ter-se um consumo consciente (Quadro 02), ao priorizar o diálogo e organização das ideias do grupo bem como a reflexão sobre a busca de ideias para enfrentamento da problemática apontada pelos estudantes como algo que demanda solução, torna-se uma forma de exercitar o diálogo, respeitar o outro e de construir o aprendizado de forma coletiva, admitindo “[...] a existência do outro, o seu pensar, o seu estar no mundo” (FREIRE, 1987, p. 79).

O tema dos resíduos sólidos, consumo e pessoas que trabalham diretamente na coleta dos resíduos sólidos urbanos foi trabalhado no último bloco de atividades. Massi (2018), procurou trabalhar com os educandos para que eles possam conhecer as outras lentes que envolvem os resíduos sólidos.

Inicialmente os educandos assistiram o documentário “Na rota do Lixo”, realizado pelo programa a Liga, da emissora Band. Após o documentário, os educandos externalizaram seus sentimentos e apreensões a partir das histórias apresentadas no vídeo.

Segundo Massi (2018), os educandos se surpreenderam com a quantidade de resíduos gerados no Brasil, onde todas as histórias apresentadas no documentário, os agentes conseguiam retirar produtos ainda em bom estado para sua utilização. Em específico em São Paulo, foi evidenciada a enorme quantidade de resíduos presentes no

aterro sanitário, e o dia-a-dia de algumas pessoas que trabalham neste aterro sanitário, recolhendo os recicláveis.

Chamou atenção, o cotidiano dos coletores de resíduos sólidos, que recebem aproximadamente R\$ 1.440,00 reais, no qual muitos deles sofrem com acidentes devido ao descarte incorreto dos consumidores em suas residências e no qual são figuras que mesmo possuindo um papel de suma importância para a sociedade, são excluídos.

Uma das educandas se emocionou e mencionou que seu pai trabalhava em uma cooperativa de resíduos em Londrina, e sustentava sua casa com o salário ganho na cooperativa, entretanto a mesma possuía vergonha em contar onde seu pai trabalhava, devido a exclusão social que essa profissão gera (MASSI, 2018).

As crianças tentaram trazer essas questões para sua realidade, sendo a situação mais facilmente visualizada pela maioria era o contato com a figura do coletor de resíduos sólidos. Com isso, foi apresentado um documentário: Um novo olhar sobre os coletores de resíduos sólidos (MASSI, 2018).

Segundo a autora, os educandos debateram sobre o termo correto como coletor e não lixeiro. Abordaram sobre a questão da discriminação existente pela comunidade, onde as crianças assumiram que tampavam o nariz devido ao mal cheiro, mas que agora possuem conhecimento e sensibilidade que esse ato gera uma certa tristeza para esses profissionais, e se conscientizaram que precisam ter respeito com essas pessoas a esse serviço tão fundamental na cidade.

As crianças mencionaram a necessidade de tratar tais profissionais com mais respeito, com o sorriso no rosto e perceberam o quanto é importante a separação correta dos resíduos em suas casas, principalmente em dar atenção especial aos objetos cortantes, como garrafas de vidro quebradas, lâmpadas, dentre outros.

Por fim, foi discutido sobre o óleo de cozinha, proveniente em maior parte de processo de frituras de alimentos, tendo como principais fontes geradoras localizadas os grandes centros industriais e comerciais, e em menor quantidade, as áreas residenciais segundo Castellaneli (2008). O óleo oriundo de frituras quando é lançado diretamente na rede de esgoto pode provocar impactos nos esgotos pluviais e sanitários, ocasionando o entupimento de caixas de gorduras e tubulações ao se misturar com detritos orgânicos (PITTA JUNIOR et al., 2009).

Em 2016 os educandos e funcionários da Casa do Caminho participaram de um trabalho denominado Campanha de óleo usado, em conjunto com a prof. Dr<sup>a</sup> Tatiane Dal Bosco com apoio dos estudantes do curso de Engenharia Ambiental da UTFPR- campus Londrina. A campanha para a coleta de óleo de cozinha usado objetivou coletar e revender para uma empresa que faz o processo de reciclagem, transformando-o em detergente. Cada 1 litro de óleo usado que foi arrecadado e repassado para essa empresa, a Casa do Caminho recebeu R\$ 0,60 centavos de real. Ou seja, além de dar uma destinação correta para o óleo usado, o dinheiro adquirido seria destinado à Casa do Caminho.

Partindo dessa campanha realizada sobre óleo de fritura, da literatura sobre a questão dos óleos de frituras e destinações adequadas, que indica a saponificação como uma das técnicas para reciclar o óleo gerado pela fritura de alimentos e buscando aliar essa técnica com o saber fazer de muitas avós das crianças que produzem sabão a partir do óleo usado, Massi (2018), buscou reforçar um trabalho já realizado por funcionários responsáveis pelo trabalho diário na Casa do Caminho.

Nesse sentido, Massi (2018), em uma discussão com os educandos sobre os grandes geradores de óleo de fritura na cidade de Londrina e os malefícios ocasionados pelo descarte irregular, solicitou que os estudantes indicassem destinações corretas para o óleo de fritura. Os educandos responderam que a destinação do óleo usado utilizado em frituras de modo a preservar o meio ambiente poderia ser para a fabricação de sabão.

Em meio a essa discussão, foi proposto por um estudante o apoio a Campanha de óleo usado já realizada na instituição com apoio da UTFPR, no sentido de aumentar a quantidade de óleo comercializado junto a empresa que compra este material e o transforma em produtos de limpeza.

A partir de então, as crianças mobilizaram a família e demais residentes no entorno da instituição que passaram a ajudar na arrecadação e armazenamento do óleo em garrafas pets nas suas casas, transportando em seguida para a Casa do Caminho. Assim, ao mesmo tempo que as pessoas estariam dando uma destinação correta para o óleo usado, a instituição filantrópica também seria beneficiada em termos de dinheiro obtido com a venda e de promoção da educação ambiental para as crianças envolvidas e demais membros da comunidade do entorno (MASSI, 2018).

Essas atividades objetivaram fazer com que os educandos apreendessem os temas abordados e, principalmente, que refletissem e procurassem soluções práticas em seu

cotidiano. Práticas pedagógicas a partir do dia-a-dia e das ações cotidianas vai ao encontro das ideias preconizadas por Freire, sobre a importância do ato de educar permeiar a realidade e cultura dos estudantes, o contexto real vivido. Freire (1987) refutava a prática educativa pautada apenas na leitura da palavra ou do texto, por acreditar na importância da leitura do contexto, de mundo para o aprendizado dos estudantes.

### **Considerações finais**

A Educação Ambiental no decorrer dos debates mundiais de meio ambiente desde a década de 1970, foi formulada a partir de diversas concepções epistemológicas, filosóficas e metodológicas. Ficou evidente que de início a Educação Ambiental permeou o campo da ideia naturalista e reducionista do meio ambiente, passando para outro campo de entendimento, ao assumir paulatinamente a importância do olhar reflexivo sobre o ambiente, entendendo o ser humano enquanto um sujeito ativo e que produz e transforma o espaço através das relações sociais e culturais.

É uma discussão complexa, que vai além do comportamental e de um conjunto de práticas em defesa do meio ambiente. É um trabalho reflexivo que envolve o educar para o ambiente, a partir de uma reflexão-ação-reflexão (práxis), tendo como foco os problemas do cotidiano e o sujeito enquanto principal agente social inserido em um coletivo.

Essa foi a realidade educativa verificada na Casa do Caminho em 2016. Esse espaço de educação ambiental não formal, desenvolveu práticas educacionais que contemplam o rompimento da dissociação entre ser humano e natureza ao discutirem o meio ambiente em uma visão integradora com o público alvo. Além disso, há de se destacar a prática pautada no diálogo, no ouvir e falar, que permite troca de conhecimentos entre os agentes envolvidos.

Trata-se de uma educação ambiental com grande potencial transformador, a partir do momento em que nesse espaço não formal as práticas realizadas buscam valorizar a participação ativa, democrática, consciente, autônoma de todos os sujeitos envolvidos no cotidiano da Casa do Caminho.

Mas para que esse projeto de educação ambiental atenda diferentes grupos de educandos no decorrer de cada ano na Casa do Caminho, é necessário que o mesmo seja realizado de forma contínua. Para tanto é de suma importância que o grupo administrador da instituição estimule a participação dos funcionários e educadores efetivos em cursos de

formação continuada, para que os mesmos possam dar continuidade as práticas de educação ambiental, unindo assim voluntários e funcionários em uma prática efetiva e sistemática de educação ambiental.

## Referências

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Federal no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 3 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Federal no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. A educação ambiental no Brasil. In: **Educação Ambiental no Brasil**. (Salto para o Futuro), Ano XVIII boletim 01, 2008, p.13-20.

CASTELLANELLI, C. A. **Estudo da viabilidade de produção do biodiesel, obtido através do óleo de fritura, na cidade de Santa Maria - RS**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papyrus, 1995

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**/Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.25-31.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lucia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, G. F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. IN: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MASSI, C. G. **Educação Ambiental Crítica como Instrumento na Política Nacional de Resíduos Sólidos: Prática pedagógica na instituição filantrópica Casa do Caminho/PR 2017**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PITTA JUNIOR, O. S. R., et al. Reciclagem do óleo de cozinha usado: uma contribuição para aumentar a produtividade do processo. In: International Workshop Advances in Cleaner Production – Key Elements For a Sustainable World: Energy, Water And Climate Change, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: [S.I.], 2009.

TOZONI-REIS. M. F. C. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educ. Rev.**, Curitiba, n.27, Jun. 2006.

TREIN, E. A educação ambiental numa perspectiva crítica. IN: TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO. **Educação Ambiental no Brasil**. Ano XVIII, boletim 01, 2008. p. 41–45

### Sobre as autoras

#### **Clarissa Gaspar Massi**

Possui graduação em Direito pela Faculdade do Norte Paranaense, Graduação em Geografia pela FATEC, Técnico em Meio Ambiente pela Universidade do Norte do Paraná, Especialização em Direito Ambiental pela Universidade Estadual de Londrina, Especialização em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Escola Paulista de Direito, Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, bolsista CAPES. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, bolsista CAPES. Professora convidada no curso de Especialização em Direito Ambiental/UEL. Professora convidada no curso de Especialização de Ensino e Geografia.

#### **Eloiza Cristiane Torres**

Possui Licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, licenciada em Pedagogia pela Faculdade Católica do Crato (via Fatecc), mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e pós doutorado pela Universidade Estadual de Maringá com estágio na Università degli Studi di Gnova-Italia .Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina, lecionando na graduação, mestrado/doutorado, é coordenadora da especialização em ensino. Foi orientadora em programas como PDE e PIBID. Atualmente orienta Residência Pedagógica. Atua principalmente com: Educação Ambiental, Educação Especial e Ensino de Geografia.

#### **Léia Aparecida Veiga**

Possui Licenciatura em Geografia 2002 e bacharelado 2011 - pela Universidade Estadual de Londrina, Especialização em Análise Ambiental e Ciências da Terra (2004) e mestrado em Geografia (2007) pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2014). Graduação Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Kurios-FAK 2016. Estágio de Pós-Doutoramento em Geografia 2017 pela UEL com concentração em Educação Ambiental em espaços não formais. Professora visitante na Universidade Federal da

Integração Latino-Americana/UNILA. Professora convidada no curso de Especialização em Ensino de Geografia/UEL.

**Como citar esse artigo**

MASSI, C. G; TORRES, E. C; VEIGA, L. A. Educação ambiental não formal em uma perspectiva emancipadora: práticas na Casa do Caminho em Londrina/ PR em 2016. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 04, n. 11, p. 53-79, maio/julho, 2019.

DOI: 10.35416/geoatos.v04i11.6335

Recebido em: 2019-01-22  
Devolvido para correção: 2019-03-05  
Aceito em: 2019-04-29